

PROGRAMA EDUCAÇÃO - 10 ANOS: CENÁRIOS DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO

Lenice Lins Corrêa¹

Celine Maria de Sousa Azevedo²

Jeckson Santos do Nascimento³

Maria do Carmo Pereira de Aguiar⁴

Sandra de Oliveira Botelho⁵

Resumo: Este estudo tem por objetivo analisar o Programa Educação – 10 anos para Mato Grosso sob a ótica da Educação Especial. Para tal finalidade, realizou-se um levantamento bibliográfico da temática com abordagem qualitativa aproximando-se do método dialético. A investigação apontou que na literatura sobre o tema muitos autores apontam uma dissonância entre a oferta da Educação Especial esperada e a realizada, promovendo a Política Pública Educacional como principal norteadora para subsidiar implementações práticas que levem à oferta do acesso e permanência à educação qualitativa, inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Educação Especial. Mato Grosso. Política Pública.

Abstract: This study aims to analyze the Educação Program – 10 years for Mato Grosso from the perspective of Special Education. For this purpose, a bibliographical survey of the topic was carried out with a qualitative approach approaching the dialectical method. The investigation pointed out that in the literature on the subject, many authors point to a dissonance between the

1 Mestranda em Educação Inclusiva em Rede Nacional - PROFEI, pela Universidade Estadual de Mato Grosso. E-mail: lenice.lins@unemat.br

2 Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Miami University of Science and Technology (MUST). E-mail: celine.msa@gmail.com

3 Doutor em Ciências da Educação pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA). E-mail: jeckson_sn@hotmail.com

4 Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Camilo Castelo Branco. E-mail: aguiarpsico@yahoo.com.br

5 Mestra em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia, pelo Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. E-mail: botsandra123@gmail.com

expected Special Education offer and the one carried out, promoting Educational Public Policy as the main guide to subsidize implementations of practices that lead to the provision of access and permanence to qualitative education, inclusive and equitable.

Keywords: Special education. Mato Grosso. Public policy.

Introdução

A Educação Especial é uma modalidade da educação de significativa relevância na pesquisa acadêmica, inclusive por fazer parte do portfólio das políticas públicas voltadas para a Educação Inclusiva em todo o Brasil. No estado de Mato Grosso, especialmente, a política pública educacional atual é norteadada pelo Programa Educação, segundo a política, o programa busca promover a qualidade e a equidade na educação, segue delineado por ingentes metas para a próxima década para o estado, entre elas apontando uma direção para a oferta da Educação Especial no estado de Mato Grosso.

Nesse sentido este artigo tem como objetivo analisar como a política pública educacional na perspectiva da Educação Especial é norteadada no programa Programa Educação 10 anos no Estado de Mato Grosso, sendo o cerne do estudo analisar como a Educação Especial será ofertada dentro da política pública. Partimos do pensamento que, investigações acadêmicas sobre políticas públicas educacionais são essenciais para compreender a eficácia e as lacunas de tais políticas, proporcionando uma base sólida para melhorias contínuas tanto para as iniciativas do setor público quanto para a sociedade que se beneficia dessas políticas.

O caminho metodológico percorrido por esta investigação configurou-se em um estudo teórico de abordagem qualitativa, com enfoque ao método dialético, e foi estruturado por meio de levantamento bibliográfico baseando-se especialmente nas produções acadêmicas sobre o alinhamento das temáticas políticas públicas educacionais no estado de Mato Grosso e Educação Especial, além de normas regulamentadoras, decretos e legislações federais e estaduais.

Este estudo se sustenta na medida que compreende que a pesquisa acadêmica desempenha um papel crucial na avaliação das políticas públicas educacionais, fornecendo evidências empíricas que podem orientar a tomada de decisões dos gestores públicos. No contexto da Educação

Especial, essas pesquisas são ainda mais relevantes, pois contribuem a identificar as necessidades específicas dos estudantes e a eficácia das estratégias de inclusão, identificando melhores práticas educacionais e contribuindo para inovações.

Ao compreender as políticas públicas e suas implicações, investigando o Programa Educação - 10 Anos, a pesquisa alcança seu papel social, pela potencialidade de identificar estratégias bem-sucedidas que promovam a inclusão e a equidade na educação pública, temáticas que estruturam a espinha dorsal do papel da Educação Especial. Construindo pontes para debates que intentem o avanço da educação inclusiva no estado de Mato Grosso e contribuindo indiretamente para todo o País.

Cenário atual da política pública educacional em Mato Grosso: Contextualizando o Programa Educação – 10 anos

Instituído pelo Decreto 1497/2022, o Programa Educação projeta-se como a política pública educacional para os próximos dez anos no estado do Mato Grosso, de acordo com o documento seu objetivo é melhorar os índices educacionais do estado até 2032. Na ideia primordial de garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes no sistema de ensino regular. Entre suas principais metas, destacam-se alcançar maiores patamares no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), reduzir a taxa de abandono escolar, e alcançar maiores níveis percentuais na promoção da alfabetização (Mato Grosso, 2022).

A referida política entende a inclusão de estudantes com necessidades especiais como uma prioridade, para isso propõe como ações específicas voltadas a implementação de tecnologias assistivas que de acordo com Bersh (2023) deve acontecer a partir do trabalho pedagógico desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncionais.

Além da formação de Professores de acordo com Duck (2020) necessita de investimento em formação continuada alinhada o mais próximo possível à realidade escolar. Segundo a política pública do estado, ao promover a formação continuada de professores “o educador será capaz de promover uma educação de excelência, potencializando o desenvolvimento integral do estudante nos mais diversos contextos” (Mato Grosso, 2022).

Scalzer et al (2024) acrescenta que os educadores desempenham uma função crucial dentro de escolas que pretendem ter o currículo com o

ensino inclusivo. E para desempenhar seu papel como agentes educacionais, é essencial que desenvolvam habilidades para refletir suas práticas pedagógicas em sala de aula e pensar em conjunto com outros professores, visando promover abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas. Para os autores a formação docente é um dos caminhos a se percorrer para garantir que os estudantes com necessidades especiais tenham acesso equitativo às oportunidades tanto na escola quanto na comunidade.

O programa Educação está estruturado no que a política denominou como “pilares Estratégicos”, organizados em seis destaques. Entre todos para se atingir os objetivos desse estudo, fazemos o recorte do pilar dois que versa:

Todo estudante de Mato Grosso - independentemente de onde mora, da sua origem social e da sua condição econômica - terá acesso às mesmas oportunidades de aprendizado, recebendo suportes desenhados especificamente para seus desafios. Políticas Públicas relacionadas: Política Pública de Educação para Jovens e Adultos; **Política Pública de Educação Especial**; Política Pública de Educação Indígena; Política Pública de Educação Quilombola; Política Pública de Educação do Campo; Política Pública de Acesso e Permanência; Política Pública de Bem-Estar Social; Política Pública de Uniformes Escolares; Política Pública de Materiais Escolares. (Mato Grosso, Decreto 1497/2022) - grifo nosso.

Considerando o enredo histórico de reivindicação das pessoas com deficiência na aquisição precípua de direitos sociais, em todo o mundo e no Brasil, o recorte acima destacado, demonstra que a política pública estadual se posiciona consoante a legislação federal atual, mas, para além disso, para o estado de Mato Grosso, constitui-se um marco, no estabelecimento da política de acesso e permanência a educação, seja para o estudante com ou sem deficiência.

Educação Especial no Contexto do Programa Educação

A Educação Especial (EE) é definida como uma modalidade de ensino que se desdobra em todos os níveis e etapas da educação básica, na prática além do ensino no turno regular, deve ser ofertado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 1996). O que se compreende hoje por EE muito se deve, face às mudanças no

comportamento e paradigmas sociais a despeito das pessoas com deficiência no tocante à conquista de direitos sociais. (Braun; Marin, 2016).

Nesse sentido a perspectiva e implementação da inclusão escolar, normativas relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e à criação de políticas públicas que assegurem a educação de estudantes com necessidades especiais têm sido estabelecidas no Brasil há mais de uma década, grande parte pelo aparato legislativo federal (Cock *et al.*, 2022).

Ainda sim de acordo com Mantoan, (2001;2011) entre o desenho das políticas e a efetivação desse projeto de inclusão social nas práticas pedagógicas há um caminho nada simples de se percorrer. Em consonância com pensamento de autora, Nascimento *et al.* (2024) acrescentam que:

É comum encontrar quem ainda não consegue sequer entender como ocorre a EE na prática, pois não sabe distinguir se é uma modalidade paralela ou inclusa dentro do ensino regular. Sem falar que nos últimos anos tem crescido bastante as iniciativas e leis por parte do governo tratando da EE neste aspecto inclusivo.

Entre os principais objetivos da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva está a formação de professores para a atuação na Sala de Recursos Multifuncionais e no Atendimento Educacional Especializado - AEE, já que o atendimento aos estudantes em sua especificidade deve ocorrer no contraturno e mediado por um ou mais profissionais que possam mediar a aprendizagem por meio de tecnologias, instrumentos e materiais facilitadores da aprendizagem. O que vai de encontro com as diretrizes da Resolução nº4/2009, do MEC/CNE (Brasil, 2009).

Sobre o item Tecnologia Educacional o item três da política versa:

Em Mato Grosso, as tecnologias serão utilizadas para potencializar o acesso e a qualidade da educação. As ferramentas serão mais um apoio no processo de aprendizagem centrado no estudante, contribuindo para um ensino cada vez mais personalizado e gerando informações para aprimorar a prática do educador. (Mato Grosso, Decreto 1497/2022).

Diversos estudos sinalizam que práticas educacionais inclusivas que utilizam as tecnologias assistivas levam à criação de uma nova cultura nas escolas, que vai para além da simples oferta de um “atendimento educacional especializado”. Nesse sentido, com base em pesquisas na área de educação especial e inclusão escolar, e legislações estaduais e federais ao se investigar o Programa Educação - 10 Anos, verifica-se que a

política incorpora diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, buscando eliminar barreiras e promover a plena participação dos alunos bem como sua permanência na escola.

Resultados e Discussão

Os dados da pesquisa trouxeram à reflexão que o Programa Educação - 10 Anos ao objetivar o acesso e permanência do estudante na escola pelo maior espaço de tempo possível, se posiciona como um caminho para a melhoria da inclusão educacional em Mato Grosso, com a implementação de salas de recursos multifuncionais, investimento em Tecnologias Assistivas, fomento de práticas pedagógicas inovadoras e a formação continuada de professores. Indo de encontro ao que defendem Glat; Pletsch, (2013, p.95):

O movimento de inclusão favorece a reflexão sobre os ideais educacionais, a questão ética como aspecto qualificador do processo educativo, possibilitando a ressignificação e o redimensionamento das perspectivas de intervenção educacional, especialmente no ensino especial.

No entanto, desafios persistem, como a necessidade de maior investimento em infraestrutura e a adaptação curricular para atender às necessidades específicas dos alunos. Segundo Nascimento et al (2024) é importante que:

A sociedade como um todo passa por um momento de mudanças de paradigmas, fruto das constantes alterações ocorridas dentro do poder público. E cabe a todos os agentes envolvidos no processo inclusivo lutar para que os direitos adquiridos ao longo da história não sejam deixados de lado, assim como também fiscalizar para que saiam do papel e se transformem em uma realidade vigente.

De acordo com a literatura, a Educação Especial é vista pelo poder público como uma das políticas mais caras, fazendo com que os entes federados assumam a responsabilidade de forma limitada. A política estadual analisada traz em seu escopo a infraestrutura como ultimo pilar, mas em seu discurso pontua a oferta de infraestrutura regular e não necessariamente de ponta o que leva à reflexão de talvez não alcance uma educação de fato equitativa, uma vez que precisa observar as especificidades de cada estudante. A despeito disso acrescenta-se o pensamento de Montoan (2015):

As políticas de educação básica precisam se basear no acervo de

contribuições oferecido pela Educação Especial dos tempos atuais, para que possam questionar o que têm proposto como soluções para a melhoria do ensino brasileiro. Um ensino que não considera a diferença de cada aluno, jamais alcançará o nível de excelência que temos de buscar para a nossa educação. Toda homogeneização, toda solução que desconsidera essa especificidade dos seres humanos estão fadadas ao fracasso

É necessário que as políticas públicas sejam executadas com vistas ao atendimento personalizado do estudante, do contrário, estará longe da educação equitativa e inclusiva.

Considerações finais

Panoramicamente, o presente estudo sinaliza que as políticas públicas de inclusão escolar de pessoas com deficiência, somada às políticas para acesso e permanência na escola caminham para oferecer a Educação humanitária e equitativa como direito constitucional. Contudo devido ao curto espaço de tempo de lançamento da política ainda em 2023, serão necessários maiores estudos posteriores a este, afim de averiguar o processo de implantação da política e sua eficiência frente à realidade educacional de Mato Grosso.

Sob a égide das políticas públicas de inclusão escolar no cenário mato-grossense, o Programa Educação - 10 Anos representa um avanço significativo na promoção da inclusão educacional no estado. No entanto, para alcançar seus objetivos, é necessário um esforço contínuo de todos os atores envolvidos, incluindo gestores públicos, gestores educacionais, professores e a comunidade escolar.

Com o olhar ainda mais assertivo para formações amplas que delineadas para gestores que tendem a não conhecer a realidade do aluno tanto quanto seu próprio corpo docente, Outro olhar que merece atenção é equipar as secretarias municipais e estaduais de educação com profissionais aptos ao trabalho com as políticas públicas educacionais, mitigando análises e pareceres que ofertem orçamento demasiadamente enxutos ou limitados, interferindo na execução da política, atrasando prestações de conta, e inviabilizando a continuidade ou a inserção da política educacional com viés qualitativo.

Finalizamos esta reflexão salientando que dado ao pouco tempo de seu lançamento e pouca profundidade desta investigação, há a necessidade de novos estudos aprofundados principalmente no tocante a implementação

das propostas que contemplem as políticas públicas educacionais no estado de Mato Grosso, especialmente sua disposição para a oferta da Educação Especial.

Referências

BERSCH, R. **Tecnologia assistiva e processo de avaliação: Recursos Pedagógicos Acessíveis**. 2023. disponível em: https://www.assistiva.com.br/Tecnologia_Assistiva_Processo_Avalia%C3%A7%C3%A3o_MAI02023.pdf.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF. 2. Ed. 2011a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.04/09**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/Acesso> 12.ago. 2024.

BRAUN, Patricia; MARIN, Márcia. Ensino colaborativo: uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 193-215, set./dez.2016.

COCK, Juliana Cristina Araujo do Nascimento; NASCIMENTO, Aldenira Mota do; COSTA, Paula Araujo; BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. Pesquisas sobre implementação de Políticas Educacionais no Brasil: Um estado do Conhecimento, **Educação em Revista**. 2022; Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/8GMNJk47zRZhrRHJR8YpqrDB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13.ago.2024.

DUEK, V. P. Casos de ensino na formação professores: contribuições para a reflexão sobre a prática docente. In: Itinerarius Reflectionis: Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação. V. 16, 2, 2020.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise (orgs.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/10000696/Estrat%C3%A9gias_educacionais_diferenciadas_para_alunos_com_necessidades_especiais Acesso em: 14. jul. 2024.

MATO GROSSO. Decreto Nº 1497, de 10 de outubro de 2022

· Programa Educação - 10 Anos, no âmbito do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://iframe.leisestaduais.com.br/mt/decreto-n-1497-2022-mato-grosso-dispoe-sobre-a-programa-educacao-10-anos-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso?origin=instituicao>. Acesso em 13.ago.2024.

MANTOAN, Maria. Tereza. Egler. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. **Pedagogia ao Pé da Letra in Educação, Educação Especial**. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade. LEPED/UNICAMP, 2001. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf> Acesso em: 15.ago. 2024.

MANTOAN, Maria. Tereza. Egler. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** (Coleção cotidiano escolar). São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria. Tereza. Egler. (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NASCIMENTO, Jeckson Santos do; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; CORRÊA, Lenice Lins; AGUIAR, Maria do Carmo Pereira de; BOTELHO, Sandra de Oliveira. Políticas Públicas de inclusão escolar na ótica da Educação Especial: Uma implementação cercada de desafios. **Revista Ilustração**, Cruz Alta, v. 5 , n. 7, p. 87-101, 2024.

SCALZER, Maria José da Silva Cardoso; FERREIRA, Roselene Chagas de Novaes; OLIVEIRA, Dulcicléia Cirina de; CRUZ, Jaclene Ferracini da. A importância da formação continuada de professores no âmbito da diversidade, desigualdade, equidade e inclusão: Reflexões a partir de experiências educativas de docentes de uma escola municipal de ensino de Porto Velho – RO. **Revista Ft. Linguística, Letras e Artes**, Vol 28, Ed 133, abr, 2024.